

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 10 | Nº 28 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6371293>



REVISITANDO A “PESQUISA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS”

*Rovílio de Lima Nicácio**

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar uma resenha do livro "Pesquisa em Educação Inclusiva Questões Teóricas e Metodológicas", através de um estudo descritivo que levanta as problemáticas da educação inclusiva à luz de uma leitura crítico-descritiva que conclui sobre a relevância da obra, sendo indicado para um público geral e em especial para profissionais da área de Educação.

Palavras chave: Educação. Educação Inclusiva. Metodologias. Teoria.

Abstract

The objective of this paper is to present a book review of "Pesquisa em Educação Inclusiva Questões Teóricas e Metodológicas" through a descriptive study that up rises problems of inclusive education in the light of a critical-descriptive reading that concludes on the relevance of the text, being indicated for a general public and especially for professionals in the area of Education.

Keywords: Education. Inclusive Education. Methodologies. Theory.

O livro Pesquisa em Educação Inclusiva Questões Teóricas e Metodológicas foi escrito por José Ribamar Lopes Batista Júnior e publicado pela editora PIPA Comunicação em 2016 na cidade de Recife e possui 300 páginas. O autor possui formação acadêmica de doutorado e mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Brasília, atualmente é professor da Universidade Federal do Piauí. Possui publicação e organização dos seguintes livros “Contribuições em Análise de Discurso Crítica: uma homenagem à Isabel Magalhães” e “Discurso, memória e inclusão social” junto com outros autores.

Durante seu mestrado e doutorado na UNB participou do grupo de pesquisa liderado pela professora Isabel Magalhães que investigou o processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares. Acompanhando assim algumas mudanças na prática pedagógica e na metodologia de ensino, estrutura das escolas, formação docente e política nacional voltada para pessoas com deficiência e construindo assim seus trabalhos de mestrado e doutorado entre os anos de 2007 a 2012 tomando como base a realidade de três capitais brasileiras: Brasília (DF), Fortaleza (CE) e Teresina (PI).

Com base em seus estudos e pesquisas Batista Júnior escreveu e publicou este livro com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Constituído de prefácio assinado por Denise Tamaê Borges Sato, apresentação, cinco capítulos sendo eles: questões teóricas, educação

* Pedagogo. Mestre em Ensino de Ciências e Matemática. Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens. Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). E-mail para contato: rovilio10@gmail.com



inclusiva e atendimento educacional especializado, questões metodológicas, inclusão da pessoa surda na escola regular e atendimento educacional especializado, considerações finais e referências.

No prefácio, Sato relata o cenário de mudanças após a Conferência de Educação para Todos em 1990 e a decorrente luta de classes que considera a educação como ferramenta para ascensão econômica e social. Indica que os efeitos dessas mudanças recaíram sobre a população com deficiência, que antes era tida como grupo socialmente incapaz de contribuições significativas. O mecanismo escolhido foi a educação inclusiva, ferramenta capaz de transformar a escola regular em ambiente acolhedor e propulsor de valorização das diferenças utilizando estratégias de adaptação, complementação e suplementação.

O livro nos mostra a presença de valores humanísticos e capitalistas dentro de escola, constituindo forças opostas que interferem na construção da identidade e na percepção dos grupos de pessoas com deficiências e sem deficiências. Bem como na formação e papel desempenhado por pais, professores, equipes de profissionais de AEE e claro a sociedade. Para além disso a obra traz a realidade de três capitais brasileiras, suas concepções e suas representações sobre a pessoa surda e as práticas adotadas.

Na apresentação da obra percebemos que após os anos 1990 a legislação brasileira deu um grande passo na oferta e ampliação da Educação Especial nas escolas regulares. Como consequência houve um crescente número de matrículas de alunos com deficiência, ocasionando grandes mudanças na prática pedagógica e na metodologia de ensino, bem como na estrutura física das escolas e na formação docente. A partir de 2007 com a implantação da política educacional de educação inclusiva e em 2009 com a ampliação dos serviços com a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE fez-se necessário pesquisar e compreender a inclusão entendida e praticada pelos profissionais da educação, como os múltiplos letramentos interferem no AEE e investigar como a demanda dos alunos com deficiência são materializadas na prática multidisciplinar.

No primeiro capítulo o autor discute as abordagens teórico-metodológicas Análise do discurso Crítica – ADC e os Novos Estudos do Letramento. De acordo com o autor a ADC propõe-se investigar a linguagem como prática social e a relação entre linguagem e poder. A ADC é comprometida com objetivos sociais, culturais, econômicos e políticos visando à mudança nas práticas e nas relações sociais por meio da flexibilidade, transformando a realidade.

Discorrendo sobre Teoria Social do Letramento - TSL percebemos o quão vasta e abstrata é sua conceituação, pois é processo de interação social através da escrita, definidos por regras socioculturais ou padrões de uso da leitura e da escrita em uma situação, podendo sofrer mudanças ao longo do tempo assim como os traços socioculturais de um povo ou de acordo com as instituições das quais fazem parte e das relações de poder existentes entre os que as usam bem como quem pratica e com qual propósito.



No segundo capítulo há a indicação de marcos legais ligados a política de educação inclusiva e educação especial no âmbito internacional, nacional e local (Brasília, Fortaleza e Teresina) iniciado com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de 1948 bem como a explicação sobre o Atendimento Educacional Especializado ofertado em escolas regulares e as salas de recursos multifuncionais.

Brasília apresenta maior sintonia com a política nacional para a Educação Especial e Inclusiva. Em Fortaleza o processo é relativamente recente pois as primeiras iniciativas de atendimento a alunos com deficiência eram de caráter assistencialista. Já Teresina não conta com legislação específica para AEE, porém apresenta a Resolução 072/2003 com as Normas para a Educação Especial no Estado do Piauí. De maneira geral, as cidades pesquisadas apresentam esforços para o cumprimento da legislação nacional, para oferta e atendimento a pessoas com deficiência nos sistemas de ensino.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE instituído em setembro de 2008 pelo decreto nº 6571 caracteriza o AEE. O apoio técnico e financeiro é de responsabilidade do Governo Federal. A partir de 2009 iniciou-se a implantação das salas de recursos multifuncionais que compõe o AEE. Em 2011 houve mudanças significativas em âmbito nacional, ocasionando a revogação do decreto de 2008 em detrimento do decreto nº 7611 de 2011 que gerou mudanças substanciais na proposta política de ensino para pessoas com deficiência.

O conselho Nacional de Educação Em 2009 por meio da Resolução CNE/CEB nº4/2009 estabeleceu as Diretrizes Operacionais para a ofertado Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, nas salas de recurso multifuncionais. Definindo o público-alvo do AEE, o profissional que realizara os atendimentos, sua formação e sua função. A extinta Secretaria de Educação Especial – SEESP com o decreto de 6571 estabeleceu e disponibilizou equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para as salas de recursos multifuncionais.

No terceiro capítulo o autor relata sua trajetória após a formatura na graduação em 2001/2002, passando por sua experiência profissional e um curso de extensão e uma pós-graduação lato sensu pela Universidade Federal do Pará. O início do mestrado em 2007 na Universidade Federal de Brasília e seu percurso ao longo dos dois anos de formação. Em 2009 uma pausa nos estudos acadêmicos para prestar um concurso público de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. No fim do ano de 2009 a aprovação na seleção de doutorado.

A delimitação do público-alvo para a pesquisa se faz necessária para seleção das escolas participantes, para tanto optou-se por escolas regulares com alunos surdos e seus respectivos profissionais de saúde e educação. Utilizou-se pesquisa qualitativa e etnográfica como recurso. A pesquisa etnográfica se utiliza de recursos como a observação e descrição de um grupo humano - de



instituições, comportamentos, produções e crenças enquanto a pesquisa qualitativa aplica coleta de dados através do contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente ou situação a ser investigado.

Os instrumentos de geração e coleta de dados foram: observação participante, entrevistas etnográficas, narrativas, coletas de artefatos e registros diários. Os locais da pesquisa são escolas regulares inclusivas de três cidades brasileiras: Brasília, Fortaleza e Teresina. Sendo 4 escolas em Brasília (A e B pesquisadas no mestrado ou pesquisa 1 e C e D pesquisadas no doutorado ou pesquisa 2). Fortaleza escolas E e F e Teresina escolas G e H. Os participantes da pesquisa são profissionais da educação e da saúde que atuam no ensino fundamental, trabalham em escolas públicas estaduais, atendem alunos com deficiência e claro, aceitaram participar.

Como método de análise está descrito no texto a utilização da ADC que é uma proposta teórico metodológica que considera o texto como unidade básica da comunicação, porém falta-lhe mecanismos de investigação in loco, por isso sua articulação com a pesquisa etnográfica. Para tanto o autor se utilizou da pesquisa etnográfica associada a Análise do Discurso Textualmente Orientado – ADTO (método associado a ADC) para compreender os discursos e letramentos que perpassam a prática de Educação inclusiva.

Com a utilização de métodos diferentes de geração, coleta e análise de dados foi necessário o uso do princípio da triangulação que segundo Denzin e Lincoln (2006, p.19) apud Batista Junior “não é uma ferramenta ou uma estratégia de validação, mas uma alternativa para a validação” de maneira a compreender melhor o fenômeno investigado.

No quarto capítulo encontramos a descrição das práticas de letramento dos profissionais participantes da pesquisa. Para o autor práticas de letramento são estratégias e procedimentos pedagógicos utilizados nas aulas pelos professores para atenderem a demanda dos alunos com deficiência e ensinarem os conteúdos de acordo com a série. Para tanto o autor utilizou-se de observações e anotações para construir os quadros com as informações coletadas ao longo da pesquisa.

É analisado neste capítulo trechos das entrevistas com os profissionais participantes da pesquisa de maneira a identificar os discursos, as escolhas lexicais e suas relações com as práticas de letramento. Após a análise o autor conclui que os profissionais esperam a valorização da família e da sociedade pelo trabalho realizado, indica um discurso de mudança na busca de que a inclusão ocorra efetivamente. Na análise da identidade docente, o autor busca elementos linguísticos-textuais que descrevem as várias identidades dos profissionais participantes bem como sua postura em sala e suas vivências e crenças para além da escola.



No quinto capítulo Batista Júnior analisa a legislação nacional e estadual, artefatos (instrumentais do AEE) e notas de campo com a finalidade de indicar a prática do AEE e explorar os gêneros discursivos, também faz análise dos discursos encontrados em Fortaleza e Teresina. E nas considerações finais o autor traz a conclusão de seus estudos na pesquisa 1 (como ocorre o processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular) e na pesquisa 2 (como ocorre as práticas do AEE).

Para o autor o processo de inclusão no país é recente, por isso é encontrado dois discursos: o tradicional e o contra hegemônico. Os professores conseguem questionar qual o seu papel, o que pode gerar mudanças na prática. Foi constatado pelo autor a existência de uma prática emancipatória através das adaptações necessárias feitas pelos professores bem como a elaboração de uma visão não hegemônica em relação a deficiência.

Na análise das entrevistas fica claro que os professores valorizam sua profissão, há a visão de que mulheres escolhem a profissão para conseguir conciliar com as práticas familiares, as identidades vivenciam um processo de flexibilidade assim como os discursos, os próprios profissionais produzem uma reflexão acerca de não reforçar as limitações dos alunos e potencializar suas habilidades. A identidade social interfere constantemente na identidade docente.

São necessários mais esforços e investimentos na educação especial na perspectiva de educação inclusiva. Nas pesquisas foi constatado que o AEE é um problema social, seus profissionais carecem de formação adequada a educação especial. O AEE demanda um projeto pedagógico mais consistente, onde deve ser conciliado a prática as necessidades dos alunos. Os discursos e as práticas apontam para o AEE administrativo e burocrático demais em detrimento do pedagógico. Os resultados apontam a fragilidade da proposta de inclusão brasileira.

O livro foi construído a partir de duas pesquisas ocorridas de 2007 até meados de 2012. A primeira delas foi o trabalho de mestrado que através da pesquisa etnográfica pode investigar como ocorre o processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular. Na segunda pesquisa, para a construção da tese de doutorado foi pesquisado como ocorre as práticas de atendimento educacional especializado na legislação e na prática escolar cotidiana.

O texto apresenta análise do discurso dos profissionais que trabalham na educação especial, a relação do discurso com a identidade dos profissionais da educação, a legislação que cerca a educação especial agora na perspectiva de educação inclusiva, passando pelas salas de recursos multifuncionais e chegando no atendimento educacional especializado, indica a prática do AEE com enfoque administrativo, burocrático e pouco pedagógico, nem sempre atendendo as necessidades dos alunos. Batista Junior deixa claro as fraquezas encontradas ao longo da pesquisa na educação inclusiva, contudo ressalta a capacidade de evolução dos profissionais envolvidos com a educação especial do ponto de



vista do discurso, da identidade, da prática e da formação docente. Esclarece a fragilidade do processo de inclusão no seu recente desdobramento e a necessidade de atenção e investimentos para que a longo prazo possa melhorar a qualidade de atendimento, garantindo de fato o direito constitucional de acesso e permanência a educação de qualidade para todos.

Conclui-se que esta obra é indicada a um público geral de leitores, interessados na temática, bem como a pesquisadores e profissionais das áreas de educação, educação especial, educação inclusiva, identidade docente e linguística, apresentando relevantes contribuições sobre teoria e prática docente na educação inclusiva, bem como metodologicamente em análise de discurso crítica, letramento, tipos de pesquisa e triangulação de dados.

REFERÊNCIAS

BATISTA JÚNIOR, José Ribamar Lopes. **Pesquisa em Educação Inclusiva: Questões Teóricas e Metodológicas**. Recife: Pipa Comunicação, 2016, 300 p.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 10 | Nº 28 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima